



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>**PROCESSO** : 0050193-67.2019.6.05.8000**Parecer nº 0752980 / 2020 - PRE/DG/ASSED**

1. Cuidam os autos de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes no Edital do Pregão nº 28/2020, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, que tem por objeto a contratação de serviços de recebimento, transporte, entrega e recolhimento de urnas eletrônicas, cabinas, envelopes de segurança, pastas com o material das seções eleitorais, urnas de lona e baterias de contingência para UE, nas Eleições Municipais de 2020, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência – documento n.º 162834.
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme documentos acostados aos autos, abaixo mencionados:
 - a. planilha padrão de estimativa de preços e manifestação da SEAQUI, documentos n.ºs 161711, 161718 e 38602;
 - b. informação de disponibilidade orçamentária, documento n.º 38605;
 - c. análise da legalidade da minuta pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 38613 e 388571;
 - d. autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, em documento n.º 38627;
 - e. designação de Pregoeiro e equipe de apoio, com juntada de cópia da portaria que designou o Pregoeiro e membro de equipe de apoio, documentos n.ºs 38630 e 162846;
 - f. documento referente à divulgação do Edital em meio eletrônico, publicação do Edital no D.O.U. e em jornal de grande circulação, documentos n.ºs 162852, 162853 e 162854.
3. Os procedimentos realizados durante o processo licitatório foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro, cujo relatório adoto.
4. Cumpre registrar que antes da abertura do certame foi formulado pedido de esclarecimento acerca de especificações do edital, sendo tais questionamentos regularmente dirimidos pelo Pregoeiro e a resposta publicada no portal *Comprasnet*, consoante documentos n.ºs 695242.
5. Aberta a licitação e efetuada a análise preliminar das propostas, verificou-se o início da etapa competitiva, tendo o Pregoeiro concedido oportunidade às empresas para apresentação de lances, assim registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documento n.º 393988.
6. Observa-se que o Pregoeiro não logrou êxito na tentativa de negociação para redução do preço ofertado pelas empresas vencedoras.
7. Finda a etapa de lances, procedeu-se a fase de habilitação. Após a devida verificação, os documentos comprobatórios das licitantes vencedoras foram acostados aos autos da seguinte forma:

MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, vencedora dos lotes 1 e 4;

J L M DE ALMEIDA LTDA., vencedora do lote 2;

HERA TRANSPORTES LTDA., vencedora do item 12;

RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA., vencedora do item 13.

8. Registre-se que o Pregoeiro, diante de controvérsia em razão da documentação apresentada pela licitante J L M DE ALMEIDA LTDA., submeteu os autos à ASJUR1 conforme demonstram os documentos n.ºs 386069 e 388571. A ASJUR1, elucidando a questão, recomendou diligenciar à aludida licitante, para que enviasse a declaração pendente, ressaltando, todavia, não se tratar de apresentação posterior de documento de habilitação. O documento exigido na condição 11.1.3, “e.2.1” do instrumento convocatório serve para as empresas que não apresentem a comprovação de habilitação e registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM.

9. Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, houve manifestação por parte da licitante G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, que apresentou suas justificativas tempestivamente em face da adjudicação do item 1 e do lote 3 do objeto do Pregão Eletrônico n.º 28/2020, documento n.º 695258.

10. Instada manifestar-se, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, corroborando o entendimento encampado pelo Pregoeiro, opinou pela improcedência dos recursos apresentados pela empresa G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI, conforme o Parecer n.º 299/2020, documento n.º 698001, nos termos destacados do supradito opinativo, como vemos a seguir:

2. Nas razões de irresignação (doc. n.º 695258, fls. 2 a 4) direcionadas à licitante declarada vencedora para o item 1, a recorrente aduziu que mesma não logrou atender a disposição da condição 11.1.3, “e.1” do instrumento convocatório, que exige a apresentação, dentre os documentos de habilitação jurídica, de Comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC. 2.1. Arguiu que a recorrida apresentou apenas o documento elencado na condição 11.1.3, “e.2”, qual seja, Comprovação de Habilitação e Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM, que não substitui o RNTRC e salientou que não caberia qualquer diligência do Pregoeiro com vistas a suprir a indigitada omissão, vez que não se tratava de complementação ou esclarecimento, mas de ausência de atendimento de exigência editalícia. 2.2. Nas suas contrarrazões (doc. n.º 695258, fls. 8 e 9), a Ribal asseverou que a sua habilitação ocorreu em perfeita sintonia com as normas e regras do edital, esclarecendo que o RNTRC é necessário para a obtenção do Registro de OTM, que englobaria os modais de transporte aéreo, terrestre (RNTRC) e aquático e destacando que a mera consulta do Pregoeiro ao sítio oficial da Agência Nacional de Transporte Terrestre evidenciaria o seu atendimento da referida exigência.

3. De referência à licitante declarada vencedora para o grupo 3, a G3 Polaris consignou que não teria sido apresentado o documento exigido na condição 11.1.3, “e.2”, referente ao Registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT para o exercício de atividade de Operador de Transporte Multimodal – OTM (doc. n.º 695258, fls. 5 a 7). 3.1. A recorrida, de seu turno, em apertada síntese, aduziu que apresentou o documento enumerado na condição 11.1.3, “e.2.1”, que a dispensa da obrigação de apresentar o Registro para o exercício da atividade de OTM, vez que a parcela específica do serviço deverá ser oportunamente subcontratada, conforme declaração devidamente encaminhada via anexo no sistema Comprasnet (doc. n.º 695258, fls. 10 a 13).

4. O pregoeiro manifestou-se nos termos do documento n.º 695394, pontuando, de referência ao recurso impetrado em face da Ribal, que a condição 11.7 do instrumento convocatório o autoriza a efetuar pesquisa em sites oficiais para fins de habilitação, pelo que, após consulta ao sítio da ANTT, diligenciou a juntada aos autos do documento n.º 0692315 - fls. 5, restando devidamente atendidas todas as exigências para a habilitação da empresa.

[...]

4.1.1. Com efeito, in casu, o conjunto da documentação enviada pela Ribal Locadora de Veículos Ltda. (atestados de qualificação técnica e ajustes firmados com diversos Órgãos da Administração Pública para a prestação de objeto semelhante ao que ora se pretende contratar) sugeria que a mesma era regularmente inscrita no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga. Logo, a medida adotada pelo Pregoeiro, com amparo também na condição 11.7 do edital, figura como adequada ao atendimento do interesse público, privilegiando a verdade material e garantindo o melhor preço para a contratação.

4.1.2. Quanto à habilitação da JLM de Almeida Ltda., esta Unidade consultiva, por meio do Parecer n.º 244/2020 (doc. n.º 388571), alvitrou adequada a diligência do Pregoeiro com vistas a certificar a efetiva intenção de subcontratação da parcela de transporte marítimo/fluvial, providenciando a juntada de declaração, pela licitante, explicitando tal intuito.

4.2. Portanto, ratificando as justificativas lançadas pelo Pregoeiro, entendemos que não devem prosperar os argumentos lançados pela G3 Polaris Serviços Eireli e nos manifestamos pela improcedência dos recursos apresentados.

11. Diante disso, em que pesem as alegações e justificativas apresentadas pela recorrente, entende-se não lhe assistir a razão, de modo que resta frustrada sua intenção, não merecendo acolhimento as teses trazidas à baila, em face da decisão do Pregoeiro, e, conseqüente desprovisionamento dos recursos interpostos pela empresa G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI. Vale salientar, ainda, que as empresas vencedoras possuem toda a documentação necessária à adjudicação do objeto, consubstanciada nos documentos n.ºs 692315, 692331 e 692356.

12. Face ao exposto, entende-se pelo conhecimento e desprovisionamento dos recursos formulados pela licitante G3 POLARIS SERVIÇOS EIRELI e diante da manutenção da habilitação das licitantes vencedoras, sugere-se que os autos sejam encaminhados ao Diretor-Geral para indeferimento dos recursos interpostos pela citada empresa, com a conseqüente adjudicação do item 01 e do lote 03 às empresas RIBAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. e JLM de ALMEIDA LTDA., respectivamente, com base no art. 4º, XXI e da Lei n.º 10520/02 e art. 45, do Decreto n.º 10.024/19.

13. Após a adjudicação e homologado o certame, uma vez que foram observadas as regularidades dos demais atos procedimentais, a Administração deverá proceder à convocação das empresas adjudicatárias para a celebração dos contratos, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02 e art. 48, do Decreto n.º 10.024/19, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 696159, 695397, 695410 e 393988.

14. Em linha com o princípio da publicidade dos atos administrativos, recomenda-se, s.m.j., que conste da aprovação da Autoridade Competente, o nome das licitantes vencedoras com os respectivos valores, de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 695397.

15. Ressalte-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos- Lei 8666/93.

À consideração superior.

Rodrigo Rios

Estagiário da Assessoria Especial da Diretoria-Geral

Pedro Paulo Andrade

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS

Assessor Especial da Diretoria-Geral

Em 27 de Junho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Andrade e Silva, Técnico Judiciário**, em 29/06/2020, às 15:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 29/06/2020, às 15:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0752980** e o código CRC **1EC52A4E**.